

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2013

O **Município de Salto**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.507/0001-06, sita a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP 13.322-900, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo **Secretário da Administração**, o Sr. **Wilson Roberto Caveden**, brasileiro, separado judicialmente, portador do RG nº 9.142.438 SSP-SP e do CPF nº 984.527.898-15, com fulcro do Decreto Municipal nº 08/2001, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada DETENTORA, resolvem firmar a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Leis Federais nºs 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 40/2011, bem como do Pregão Presencial nº 74/2013 nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

DETENTORA:

COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA.

Endereço: Rua 07 nº 159, Centro, na cidade de Corumbataí/SP, CEP 13.540-000.

CNPJ (MF): 53.437.315/0001-67

Telefone: (19) 3577-9700 / Fax: (19) 3577-9709

E-mail: licitacao@joaoafonso.com.br

Representante Legal: José Marcelo Cattai, casado, representante comercial, portador do RG nº 21.401.358-3 e do CPF nº 190.253.298-88.

DO OBJETO

Cláusula Primeira:

1.1. Fornecimento de café, chá e açúcar, para abastecimento da Prefeitura da Estância Turística de Salto, a cargo da Secretaria da Administração, conforme quantitativos e descritivos abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Mín. Mensal	Qtde. Máx. Mensal	Qtde. Total Anual	Valor Unit.	Valor Total Anual
1	Açúcar cristal peneirado de primeira qualidade, marca Puro do Campo.	Pete 5Kg	300	500	4.860	RS 6,00	RS 29.160,00
2	Café em pó homogêneo, torrado e moído, tradicional, 100% arábica, com registro da data da fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. A marca deverá possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade ou Laudo de Avaliação do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Total mínima de 4,5 pontos e máxima de 5,9 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza, marca Moraes Gold.	Pete 500g	1000	1400	15.240	RS 4,46	RS 67.970,40
Valor Global							RS 97.130,40

DA VIGÊNCIA

Cláusula Segunda:

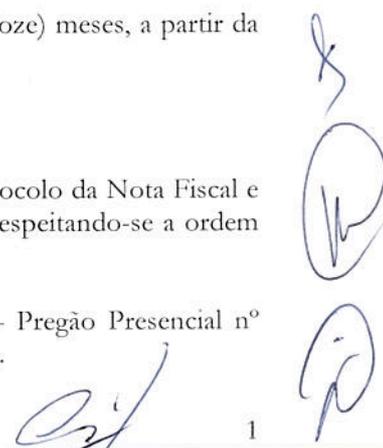
2.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

DO PAGAMENTO

Cláusula Terceira:

3.1. O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias, descontada a dezena, após protocolo da Nota Fiscal e apresentação do serviço pelas Secretarias da Administração, Educação e Saúde, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

3.2. A DETENTORA quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial nº 74/2013, Ata de Registro de Preços nº 87/2013 e o número da Nota de Empenho.



3.3. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a DETENTORA deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

3.4. A DETENTORA deverá apresentar, mensalmente, comprovante do cumprimento das obrigações previdenciárias (INSS), fundiárias (FGTS) e trabalhistas (CNDT), juntamente com as notas fiscais.

3.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à DETENTORA, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Quarta:

4.1. As verbas para pagamento do objeto da presente contratação estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de nºs 339030.04.122.0005.2.800.01.110000 (dotação 55), da Secretaria da Administração; 339030.12.361.0049.2.800.01.220000 (dotação 86), da Secretaria da Educação; 339030.10.301.0009.2.800.01.310000 (dotação 129), 339030.10.301.0009.2.800.05.000000 (dotação 130) e 339030.10.301.0009.2.800.02.000000 (dotação 233), da Secretaria da Saúde.

DAS PENALIDADES

Cláusula Quinta:

5.1. A DETENTORA não poderá descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do Edital do Pregão Presencial nº 74/2013, ficando sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. De conformidade com o art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, a DETENTORA garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. Nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a DETENTORA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

5.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a DETENTORA vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

5.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à DETENTORA, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

DO PEDIDO E LOCAL DE ENTREGA

Cláusula Sexta:

6.1. As entregas deverão acontecer em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação e da Nota de Empenho e deverão ser efetuadas em Salto/SP, nos seguintes endereços ou em local destinado pela administração municipal, conforme abaixo:

- Almojarifado Central – Rua João XXIII nº 113 – Bela Vista;
- Almojarifado da Educação – Rua General Glicério, s/n – Vila Ideal.

6.2. Em hipótese alguma poderá sofrer atrasos nas entregas, em nenhuma das Secretarias, considerando o prejuízo e/ou início dos trabalhos.

6.3. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos nos produtos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas no Edital do Pregão Presencial nº 74/2013.

6.4. A quantidade e a periodicidade das entregas ficarão a critério exclusivo do ÓRGÃO GERENCIADOR e serão solicitadas de acordo com as suas necessidades.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

Cláusula Sétima:

7.1. Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 74/2013 e na presente Ata de Registro de Preços, o objeto desta contratação.

7.2. Manter-se durante toda a vigência da presente Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Presencial nº 74/2013.

DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Cláusula Oitava:

8.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

8.2. Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento da presente Ata de Registro de Preços.

8.3. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos serviços.

8.4. Verificar se a contratação através da Ata de Registro de Preços atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

DAS SANÇÕES

Cláusula Nona:

9.1. Aplicam-se, no que couber, às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços as sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima:

10.1. Considera-se parte integrante desta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos o Edital do Pregão Presencial nº 74/2013 com seus Anexos e a proposta da DETENTORA.

10.2. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações que deles poderão advir.

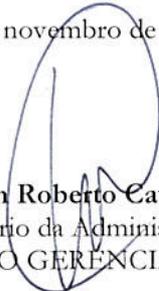
DO FORO

Cláusula Décima Primeira:

11.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o de Salto.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e de acordo, vai assinada pelas partes.

Estância Turística de Salto/SP, 18 de novembro de 2013.



Wilson Roberto Caveden
Secretário da Administração
ÓRGÃO GERENCIADOR



Comercial João Afonso Ltda.
DETENTORA

Testemunhas:



1- Luiz Eduardo Collaço



2- Pedro Reis Galindo

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Município de Salto

Ata de Registro de Preços n° 87/2013

Processo Administrativo n° 8582/2013

Contratante – Município de Salto

Contratada – Comercial João Afonso Ltda.

Objeto – fornecimento de café, chá e açúcar, para abastecimento da Prefeitura da Estância Turística de Salto. Itens 01 e 02.

Referente – Pregão Presencial n° 74/2013

Valor Total – R\$ 97.130,40

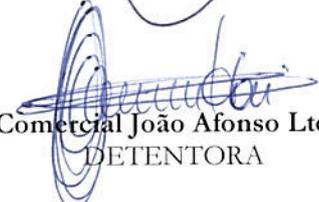
Vigência – 12 (doze) meses

Na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR e DETENTORA, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo I, parte do Diário dos Municípios, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Estância Turística de Salto/SP, 18 de novembro de 2013.


Wilson Roberto Caveden
Secretário da Administração
ÓRGÃO GERENCIADOR


Comercial João Afonso Ltda.
DETENTORA